



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS ERECHIM
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SILVIA MARIA UJACOV

TECENDO RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O
CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Erechim
2014

SILVIA MARIA UJACOV

**TECENDO RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O
CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a Me. Zoraia Aguiar Bittencourt

Erechim
2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

, Silvia Maria Ujacov
TECENDO RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O
CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL/ Silvia Maria Ujacov .
-- 2014.
47 f.

Orientadora: Prof.^a. Me. Zoraia Aguiar Bittencourt.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Pedagogia , Erechim, RS , 2014.

1. Educação Infantil . 2. Formação Docente. 3.
Currículo. I. Bittencourt, Prof.^a. Me. Zoraia Aguiar,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

SILVIA MARIA UJACOV

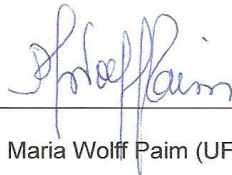
**TECENDO RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O CURRÍCULO
PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a. Me. Zoraia Aguiar Bittencourt

Aprovado em: 12/12/2014

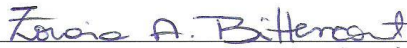
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Marilane Maria Wolff Paim (UFFS/Erechim)



Prof.^a. Esp. Michele Martelet (Smed/Santa Maria)



Prof.^a. Me. Zoraia Aguiar Bittencourt (UFFS/Erechim)

Com muito carinho dedico este trabalho à minha família e amigos, que sempre me incentivaram para a realização dos meus ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.

Aos professores que me acompanharam durante toda a minha trajetória acadêmica obrigada pela compreensão, apoio e contribuição para minha formação.

AGRADECIMENTOS

A todos familiares, amigos e professores.

Que ouviram os meus desabafos, que presenciaram e respeitaram o meu silêncio, que compartilharam este longo passar de anos, de páginas, de livros e cadernos, que tantas vezes machucamos, que fizeram meu mundo um mundo melhor, que me acompanharam, choraram, riram, sentiram, participaram, aconselharam, dividiram as suas companhias, os seus sorrisos, as suas palavras e mesmo as ausências foram expressões de amor profundo. As alegrias de hoje também são suas, pois seus amores, estímulos e carinhos foram armas para essa minha vitória.

A Prof.^a. Me. Zoraia Aguiar Bittencourt

Com enorme carinho posso dizer agora o meu muito obrigada pelo tempo que dedicou, compartilhando sua experiência para que minha formação fosse também um aprendizado de vida. O seu olhar crítico e construtivo me ajudou a superar os desafios deste trabalho: serei eternamente grata.

“O caminho que eu escolhi é o do amor. Não importa as dores, as angústias, nem as decepções que vou ter que encarar. Escolhi ser verdadeira. No meu caminho, o abraço é apertado, o aperto de mão é sincero. Por isso, não estranhe a minha maneira de sorrir e de te desejar tanto bem. Eu sou aquela pessoa que acredita no bem, que vive no bem e que anseia o bem. É assim que eu enxergo a vida e é assim que eu acredito que vale a pena viver.”

Clarice Lispector (Eternos Poetas)

RESUMO

Este trabalho relata a trajetória que a profissão docente na e para Educação Infantil percorreu ao longo dos tempos, no Brasil e em especial na cidade de Erechim/RS. Mudanças que teceram relações com o Currículo e que agregaram uma série de avanços. Este estudo busca ainda apresentar o quanto as modificações ocorridas na Educação Infantil influenciaram na vida dos profissionais que nela atuam e no currículo. Sendo este o enfoque principal do presente trabalho, dedicou-se especialmente um espaço para uma análise da realidade encontrada no município de Erechim. A metodologia desenvolvida neste trabalho está baseada em uma abordagem qualitativa da pesquisa bibliográfica e documental realizada. Teve como objetivo primordial de identificar as mudanças ocorridas no processo de formação e constituição docente, observando os caminhos e estratégias que levaram à construção de um novo modelo curricular para a Educação Infantil, principalmente na cidade de Erechim/RS. Os resultados da pesquisa apontaram que, ao olhar do ponto de vista histórico, observa-se um avanço significativo da legislação quando esta reconheceu a necessidade de uma formação para o profissional que atuará com a Educação Infantil, reconhecendo inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento. Essa evolução ocorreu em virtude da necessidade de um Currículo para a Educação Infantil e como ela vem sendo trabalhada na formação docente continuada. Ao findar este Trabalho de Conclusão de Curso, fica evidente que várias foram as modificações em relação a essa fase tão importante da Educação, dentre elas o Grupo de Estudo da Educação Infantil GEEI, o Fórum da Educação Infantil e as palestras desenvolvidas a cerca da capacitação e aprimoramento dos profissionais que atuam nesta área, apontando para a necessidade de ampliar esforços na busca de profissionais qualificados e de um Currículo renovado que contemple as necessidades dos indivíduos envolvidos neste processo educativo.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação docente. Currículo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Histórico da Educação em Erechim/RS.....	21
Quadro 2 – A Educação Infantil em Erechim/RS – 2014.....	24
Quadro 3 – Legislação Vigente.....	41
Figura 1 – Contribuições da Legislação Vigente.....	31

LISTA DE SIGLAS

DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
GEEI	Grupo de Estudos de Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil
RS	Rio Grande do Sul
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. TECENDO CONHECIMENTOS HISTÓRICOS.....	10
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
2.2 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
2.3 O CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	19
4. RETRATANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL EM ERECHIM.....	21
4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL EM ERECHIM/RS.....	23
4.2 TECENDO RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRÁTICA FORMATIVA DOCENTE.....	24
5. ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO DOCENTE x CURRÍCULO.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	41

1 INTRODUÇÃO

Ao finalizar o Curso de Pedagogia, deparo-me com a difícil tarefa de produzir um trabalho que reúna estudos e saberes que se tornaram significativos para mim durante a minha trajetória acadêmica. Escolhi pesquisar sobre a Educação Infantil e as relações existentes entre os profissionais que nela atuam e o currículo escolar, o que rendeu muitos questionamentos acerca deste tema, especialmente sobre o docente que atua nesta área.

A escolha justifica-se, primeiramente, ao repensar as concepções que eu tinha antes de iniciar a minha caminhada acadêmica, obtendo conhecimentos sobre as especificidades e particularidades referentes ao atendimento nas escolas infantis, reconhecendo a necessidade de uma formação especializada que atenda às exigências das crianças pequenas. Minha decisão se fortifica através da minha vivência enquanto docente nesta área e em observações realizadas durante os estágios curriculares obrigatórios.

Pensar na construção do papel social da mulher nos dias atuais leva a entender também a grande procura pela Educação Infantil. A busca do reconhecimento do profissional docente esbarra em uma série de fatores que vão de encontro com o paradigma curricular hoje encontrado, o que em diversos momentos faz com que os professores sintam-se perdidos no meio de tanta informação, gerando, assim, a necessidade de uma formação inicial de qualidade e contínua para um melhor aperfeiçoamento do trabalho que deverá ser realizado no ambiente escolar.

No momento em que a legislação que trata desse nível da educação toma forma é que alguns direitos são estabelecidos e garantidos com o intuito de modificar a visão social da Educação Infantil. Surgem assim, as modificações e interesses por estudar os avanços e como eles qualificaram o ensino ofertado na Educação Infantil, bem como foram preparados profissionais que nela atuam.

Este trabalho visa apresentar um estudo sobre a formação e a prática docente do profissional que atua na Educação Infantil no Brasil e na cidade de Erechim/RS, articulando com as modificações no currículo pensado para a Educação Infantil. O foco central do trabalho está em identificar as mudanças ocorridas no processo de

formação e constituição docente, observando os caminhos e estratégias que levaram à construção de um novo modelo curricular para a Educação Infantil, principalmente na cidade de Erechim/RS. Ao refletir sobre a temática, defini os seguintes **objetivos**: (I) Buscar historicamente como foi o processo de constituição da formação docente no Brasil, com enfoque especial para a Educação Infantil; (II) Analisar como a prática docente, partindo dos processos de formação continuada¹, se modifica; (III) Compreender como se constitui o currículo na Educação Infantil que atenda de forma mais abrangente as necessidades deste nível de ensino; (IV) Realizar um apanhado histórico da Educação Infantil em Erechim/RS, observando o processo de modificação da formação docente e suas relações com o currículo proposto; (V) Analisar as relações estabelecidas nos documentos disponíveis entre o Currículo e a Formação Docente para Educação Infantil no município de Erechim/RS.

Para contemplar os objetivos, foi necessário realizar uma pesquisa sobre a historicidade da Educação Infantil, a fim de compreender de que forma originaram-se e constituíram-se as primeiras instituições voltadas à educação, e sobre o surgimento e a regulamentação da profissão professor, voltada à educação de crianças de zero a cinco anos, que hoje chamamos de Educação Infantil.

Com o intuito de organizar este trabalho, o mesmo terá a seguinte divisão. No primeiro capítulo, contextualizo historicamente os conceitos de Educação Infantil, professor e currículo através dos tempos. Para isto, apoiei-me nas pesquisas de Krammer (1992), Nóvoa (1992) Gomes (2010), Lages (2008), Corrêa (2007) e Oliveira (2002, 2009, 2010) e na respectiva legislação. Com a finalidade de estabelecer um entendimento sobre a infância e o surgimento de instituições voltadas às crianças, juntamente com uma conceitualização inicial sobre o currículo e um breve panorama sobre a Educação Infantil na cidade de Erechim, considero essencial e principal neste trabalho as mudanças do sistema educacional, abordando a formação docente inicial e contínua e as influências curriculares.

¹ Reconhecer a complexidade do pensamento e da prática docente significa aceitar que a educação, como fenômeno social, é uma rede aberta; que essa abertura faz com que, às vezes, se tomem decisões sem reflexão prévia, de forma intuitiva; que promover uma formação que facilita a reflexão e a intuição podem fazer com que os professores sejam melhores planejadores e gestores do ensino-aprendizagem e, por que não, agentes sociais, que podem intervir, além disso, nos complexos sistemas éticos e políticos da estrutura social e laboral. (IMBERNÓN, 2010, p. 101).

No segundo capítulo, explicito a metodologia enquanto abordagem qualitativa e a forma de coleta de dados ancorada em pesquisa bibliográfica juntamente com uma pesquisa documental na cidade de Erechim/RS com o objetivo de analisar e traçar um panorama da realidade dos profissionais que nesta cidade atuam e o seu processo de formação inicial e continuada, articulado com o currículo.

No terceiro capítulo, trago um pouco da história da Educação Infantil em Erechim/RS, com dados obtidos no IBGE, e informações obtidas junto a documentações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

O quarto capítulo apresenta análise e a interpretação dos resultados encontrados, identificando as modificações ocorridas na trajetória da formação docente relacionando com os dados obtidos no município de Erechim/RS e os paradigmas curriculares gerados entre teoria e prática. A partir dos dados coletados, faço neste capítulo uma análise sobre o que é apresentado no Brasil e como isso acontece na cidade de Erechim/RS.

Nas considerações finais destaco que, ao compreender o desenrolar histórico da Educação Infantil tecendo as relações entre a formação docente e o paradigma curricular, foi possível estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, através da pesquisa bibliográfica e documental.

Espero que o presente trabalho possa apresentar informações relevantes sobre os paradigmas curriculares, formação docente inicial e continuada e como as mudanças são percebidas nos caminhos e estratégias da Educação Infantil a todos aqueles que tiverem acesso ao mesmo e que possa servir de subsídio para futuras pesquisas tanto para Educação Infantil quanto para o processo de formação docente.

2 TECENDO CONHECIMENTOS HISTÓRICOS

Para que haja uma compreensão sobre o processo que envolve a formação docente e o currículo para Educação Infantil, é extremamente necessário saber um pouco sobre sua origem e como este tema é abordado na literatura da área educacional.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL

A expressão “educação infantil” no Brasil de hoje diz respeito ao atendimento, em instituições coletivas, da criança de 0 a 5 anos de idade; mas nem sempre foi assim e, ademais, a idéia não é tão simples quanto possa parecer (CORRÊA, 2007, p.14).

Nos primórdios dos tempos, a Educação Infantil foi vista como um processo meramente assistencialista, passando por diversas nomenclaturas até chegarmos nesta que hoje utilizamos, modificando também, além da nomenclatura, suas especificidades e finalidades.

Conforme Oliveira (2002), as primeiras instituições de Educação Infantil brasileiras possuíam como objetivo a diminuição da mortalidade infantil, o atendimento aos filhos de mães solteiras, a divulgação da campanha de amamentação e, por fim, a educação propriamente dita.

Os primeiros relatos no Brasil sobre cuidados com a primeira infância têm como marco a chamada “Roda dos Expostos”, que ficava localizada nos seminários, hospitais ou conventos, recebendo crianças abandonadas, sendo reconhecida como a instituição de mais longa duração, criada no Período Colonial. O Brasil foi o último país a extinguir a roda (OLIVEIRA, 2002).

Como em vários outros países, em nosso país a história da Educação Infantil, apesar de possuir algumas características próprias, encontra condições para sua expansão a partir de meados do século XIX, chamados inicialmente de creches ou parques infantis. Considerando essas instituições sinônimo de progresso, com a educação voltada principalmente para os cuidados com a saúde, havia o discurso dos médicos higienistas focado no combate às amas de leite, impondo o cuidado e o amor em relação aos filhos (OLIVEIRA, 2002).

Todo o trabalho desenvolvido nas creches ou jardins-de-infância não possuía nenhum aparato pedagógico. Inicialmente, havia somente o cuidado com um espaço

onde a criança fosse atendida de modo organizado e voltado para os cuidados com a saúde.

Inicialmente a ideia, como em vários outros países, marcada pelo caráter assistencialista, com a presença marcante da igreja e de associações filantrópicas, visava o atendimento a crianças de mães trabalhadoras das populações de baixa renda, conforme pontua Corrêa (2007, p.15):

Como em muitos países, o atendimento à infância no Brasil teve seu início marcado pela idéia de “assistência” ou “amparo” aos pobres e “necessitados”, daí as creches, por exemplo, terem estado por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou aos órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos órgãos educacionais nas diferentes esferas administrativas do país.

De um modo geral, as creches se caracterizam pelo atendimento às crianças mais novas – 0 a 3 anos –, embora muitas atendessem à faixa dos 4 aos 6, em período integral ou parcial. Outra característica marcante é o fato de que elas surgiram como trabalho beneficente para atendimento às populações de mais baixa renda e, ao serem oficialmente oferecidas pelo Estado, vincularam-se aos seus órgãos de assistência e bem-estar social.

Já os jardins de infância e as pré-escolas voltaram-se para a faixa dos 3 ou 4 a 6 anos e vincularam-se desde seu início aos órgãos ou sistemas educacionais – embora também tenham sido oferecidas por igrejas e associações filantrópicas.

Oliveira (2002) aponta que a principal responsável pela reestruturação e as mudanças no cuidado com as crianças é a Revolução Industrial, no século XVII, onde a falta de mão de obra masculina, devido às guerras, cria a necessidade das mulheres trabalharem fora de casa, surgindo, assim, as instituições que atendiam crianças com o intuito de minimizar problemas de mortalidade infantil e o cuidado com os filhos das funcionárias das fábricas.

As instituições chamadas de creches tinham a sua imagem vinculada à ideia de melhorar a qualidade de vida das mulheres que trabalhavam nas fábricas, surgindo ao mesmo tempo como estratégia política, técnica e científica e buscando através de seu atendimento atingir o disciplinamento das classes populares.

Foram várias as denominações dadas às instituições que cuidavam ou cuidam das crianças: “creches, jardins e pré-escolas”, foram alguns dos nomes dados a elas até chegar ao que temos hoje em termos de educação pública “Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)”. Essa denominação surge em meados de 1970, ficando a cargo dos municípios a responsabilidade de atender nestas instituições crianças de 4 a 6 anos. A partir da década de 1970 é que as instituições começaram a ganhar forma e expandir-se com maior intensidade (CORRÊA, 2007).

Na década de 70, com a municipalização da pré-escola, o atendimento passou a ser dado também às crianças de classe média, e não somente às da classe popular, o que levou a um pequeno início de preocupação por parte das instituições de Educação Infantil com o caráter pedagógico do atendimento ofertado. (OLIVEIRA, 2002)

Mas foi no século XX que a Educação Infantil começou a ser vista com outros olhos, adquirindo novas formas e funções que vão além do caráter assistencialista e higienista que possuía inicialmente, criticada por vários políticos ao longo dos tempos:

A idéia de “jardim de infância”, todavia, gerou muitos debates entre os políticos da época. Muitos a criticaram por identificá-la como salas de asilo francesas, entendidas como local de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência dos escolanovistas. O cerne da polêmica era a argumentação de que os jardins-de-infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público. (OLIVEIRA, 2002, p. 930).

Certamente pode-se afirmar que foram períodos decisivos para a evolução da Educação Infantil. Observando-se a trajetória das instituições que possuíam diferentes concepções sobre os cuidados e necessidades existentes na infância, bem como a compreensão de que as instituições não poderiam ficar somente no caráter assistencialista, mas precisariam ter uma função pedagógica que visasse atender e desenvolver as habilidades e conhecimentos que as crianças já possuíam, é que se percebe necessidade de um profissional voltado a essa área.

Ao longo de todas essas mudanças na Educação Infantil, o foco educativo e pedagógico sofre grandes avanços baseados na criação de leis, as quais incluem a preparação do profissional que nela atuam, que também passou por vários estágios até chegar à atualidade.

2.2 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Pajens, babás, crecheiras, monitoras, auxiliares docentes, etc, foram alguns termos utilizados para definir a educadora de creche no Brasil. A mudança dos termos para *profissionais de creche* ocorreu desde a década de 80, como forma de designar essas profissionais consideradas não habilitadas. (LAGES, 2010, p.3)

A Educação Infantil, por possuir o caráter assistencial, assim dito no início da Educação Brasileira, não exigia qualificação nenhuma para exercer a função que inicialmente era somente o cuidado com a higiene e saúde dos pequenos, sendo a figura feminina bastante presente ao longo da história, normalmente sendo um trabalho voluntário, sem a exigência de qualificação, conforme pontua Oliveira (1994, p.65):

Historicamente esta era uma formação extremamente pobre ou inexistente no que se refere à creche, área de muito trabalho leigo, ou onde se observada (e ainda se observa) a dicotomia entre cuidado e educação, havendo alguém (pajem, monitora, recreacionista) para trabalhar com os pequenos (que estavam ali apenas para serem cuidados e pouco para aprender) e outra pessoa para ser, algumas horas por dia, a professora dos maiores (trabalhando com eles um conjunto de atividades entendidas como mais preparatórias para o ensino de primeiro grau).

Mas o verdadeiro reconhecimento aos profissionais que cuidavam das crianças, que até então não se chamavam professoras e sim “tias”, conforme enfatiza Oliveira (2002), ocorre através do Movimento Escola Nova, surgindo por parte dos educadores o interesse por um processo formativo:

Surgiram novos jardins-de-infância e cursos para formar seus professores, mas nenhum voltado ao atendimento prioritário das crianças das camadas populares. [...] A creche se tornou um paliativo, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, com a preservação e reprodução da mão-de-obra (OLIVEIRA, 2002, p.99).

O reconhecimento da necessidade de um profissional adequado para trabalhar com as crianças passou por um longo impasse que teve influência social, cultural e política. Segundo Gomes (2010, p.23):

O interesse pela formação de professores surgiu na época da Revolução Francesa que, com seus ideais, obrigou o Estado a reconhecer e preocupar-se com a educação, que até então, era ministrada por leigos. No Brasil, o primeiro passo concreto para a formação de professores deu-se em 1920, quando Sampaio Dória, criou uma Faculdade de Educação, com fins de formar especialistas na área de educação. Em 1930, foi criada a Escola Normal do Distrito Federal, que no ano de 1932, foi reconhecida por Anísio Teixeira, como primeira escola de professores em nível universitário.

Tudo o que diz respeito aos professores ocorreu a passos lentos durante muito tempo. No entanto, a legislação é que foi a principal aliada da Educação Infantil, gerando a obrigatoriedade da formação de professores para trabalhar não somente nos anos iniciais, mas também com as crianças de 0 a 5 anos no que hoje

denominamos Educação Infantil. Inicialmente foi a Constituição Federal de 1988 que no artigo 208 estabelecia o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade e considerava isso como dever do Estado/ Poder Público em relação à educação. Mas o que legalmente foi de suma importância para o reconhecimento da necessidade de um grau instrutivo para trabalhar com as crianças se deu através da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 62, que é onde está contemplada essa necessidade:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

O perfil do profissional docente está descrito no RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998), que prevê a necessidade de uma formação inicial e contínua de qualidade para buscar atender as especificidades propostas com o objetivo de uma educação de qualidade. Segundo consta no RCNEI, o professor precisa ser polivalente: “Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos [...]” (BRASIL, 1998, p 41). Essa proposta está intimamente relacionada ao conceito de qualidade que hoje é exigida e necessária no processo educativo.

Quanto mais passa o tempo mais aumenta a necessidade de um processo formativo que agregue conhecimentos, a fim de qualificar a prática pedagógica desenvolvida dentro da sala de aula, transformando o professor em mediador e construtor de um conhecimento adquirido de forma prazerosa pelas crianças pequenas.

O processo de constituição do profissional docente perpassa por caminhos novos trilhados por propostas pedagógicas envolvidas em metodologias que buscam trazer as respostas para o dia-a-dia da sala de aula aliando a tríade da Educação Infantil: “Brincar, Cuidar e Educar”.

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também

busca de uma resposta. [...] Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala de um desejo, de uma vontade eminentemente política no caso de uma proposta educativa, e sempre humana, vontade que, por ser social e humana, nunca é uma fala acabada, não aponta “o” lugar, “a” resposta, pois se traz “a” resposta já não é mais uma pergunta. Aponta, isto sim, um caminho também a construir. (KRAMMER, 2006, p. 797).

A função do professor, portanto, deve estar associada a padrões de qualidade, onde as propostas pedagógicas devem tomar forma e precisam ser agrupadas com a finalidade de auxiliar a difícil tarefa repassada à escola pelos pais. Todas as propostas perpassam pela formação e transformação curricular que vêm sofrendo modificações e acompanhando a evolução da Educação Infantil.

2.3 O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. (MOREIRA; CANDAU, 2006, p.17)

O que vem a ser o currículo que desejo falar neste trabalho e como tratá-lo é a primeira pergunta que surge. Penso neste momento que esse conceito de currículo ligado ao processo educativo é a parte mais importante que dá a base ao que se pensa em ensinar, o que é necessário, e o como deve ser posto em prática, ou seja, está envolvido em todos os estágios de um processo educativo.

O currículo, portanto, é uma associação entre teoria e prática, podendo ser considerado o “coração de uma escola”, e seu paradigma está ligado às formas de sua aplicação e às modificações que ocorrem ao longo dos anos, conforme nos diz Moreira e Candau (2006, p. 19):

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões na escola sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto.

Ao passo que os avanços no campo educativo sofreram modificações, com criação de leis, que associavam novos pensamentos de como a educação dentro da

escola deveria acontecer, surgem as diretrizes curriculares, que fortalecem o sentido de constituir um currículo formativo. Foram mudanças que iniciaram desde a Constituição Federal e vieram sendo acrescidas ao longo dos anos, conforme ressalta Oliveira (2002), o que não foi diferente com a Educação Infantil.

Na Educação Infantil a presença de uma estrutura curricular surge a partir da inclusão da mesma como parte da Educação Básica. Segundo Oliveira (2010, p.01):

A inclusão, a partir da Constituição Federal de 1988, de creches e pré-escolas no sistema de ensino, formando com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio a Escola Básica, apesar de já ter provocado avanços na área de Educação Infantil, como a elevação do nível de formação dos seus educadores, necessita de instrumentos que articulem o trabalho pedagógico realizado ao longo destas etapas, sem impor o modelo de uma etapa à outra. [...] Nessa posição se colocam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09), que representam uma valiosa oportunidade para se pensar como e em que direção atuar junto às crianças a partir de determinados parâmetros e como articular o processo de ensino-aprendizagem na Escola Básica.

A busca por uma forma mais adequada de se lidar com as crianças e as inquietações dos professores fica aqui contemplada através destes documentos, que trazem em sua essência a necessidade de interpretar o que cada criança traz do seu cotidiano, as formas que vivenciam e interagem com os demais e transformam isso em conhecimento dentro da escola. Tudo isso deve servir, conforme ressalta Oliveira (2010, p.2), de referência para a tomada de decisões quanto ao método de trabalho para fins educacionais.

No entanto, essencialmente o que o currículo proporcionou foi sim uma maior valorização do profissional docente, que teve na criação e elaboração do currículo papel principal, valorizando, assim, a necessidade de um processo formativo inicial e continuado de qualidade:

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores. Esta afirmação é de uma banalidade a toda prova. E, no enquanto, vale a pena recordá-la num momento em que o ensino e os professores se encontram sob fogo cruzado das mais diversas críticas e acusações. (NÓVOA, 1992, p.17)

O currículo tem em sua essência pedagógica a valorização da tríade da Educação Infantil “Educar, Cuidar e Brincar”, termos estes intimamente ligados à construção do Currículo da Educação Infantil e relacionados ao atendimento das crianças, como um processo único, cujas ações devem estar articuladas, dando

sentido a tudo o que é trabalhado. Em todas as articulações existem intenções educativas indicando a necessidade de um apoio pedagógico adequado: essas articulações dão origem ao currículo. Conforme pontuam Moreira e Candau (2006, p.18): “Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.”

As relações tecidas sobre o currículo e o processo de constituição do profissional docente contempla a necessidade de processo formativo contínuo e que se adeque às mudanças sofridas ao longo dos anos.

O currículo pode ser visto, portanto, como “resultado de um processo histórico e social marcado pelos conflitos, rupturas e contradições, o que impulsiona em direção a novas e renovadas formas de compreensão e conceitualização.” (FLÔR; DURLI, 2012, p.80). Esse processo envolve a formação profissional, bem como o sistema educativo de forma geral.

Para fazer com que o currículo se torne um instrumento que auxilie o professor, o mesmo não pode ser visto como uma receita pronta, mas como um instrumento de auxílio que deve ser usado conforme a necessidade e a realidade de cada instituição.

A operacionalização desse conceito exige dos profissionais que atuam nas instituições educativas, sobretudo do professor, a constante tomada de posição e decisões. Essas deverão articular-se ao coletivo da instituição, pois a prática social do currículo é sempre uma prática social e coletiva. Também não pode ser um recurso apenas prévio e rígido, mas modelado a cada passo que avança, a cada parada em que retoma o caminho anterior, para só então seguir adiante, efetuando um percurso em permanente movimento. (FLÔR; DURLI, 2012, p.83)

Ao aceitar que o currículo é parte integrante da escola como mediador entre a teoria e a prática, apontando os caminhos para um trabalho que desenvolva um conhecimento significativo valorizando os aspectos culturais, deve-se lembrar que o mesmo é considerado uma invenção social que reflete os valores e crenças da sociedade dominante. O currículo, neste sentido, tem papel progressivo e relevante dentro da sociedade, refletindo aspectos políticos, sociais e culturais, tornando-se, assim, cada vez mais necessário e decisivo. (SACRISTÁN, 2000).

Ao pensar no currículo, portanto, como uma forma de articulação que possui o intuito de promover o desenvolvimento integral das crianças, o mesmo pode ser considerado como metodologia que articula as experiências vivenciadas pelo meio

cultural integrando com o conhecimento prévio das crianças. O papel do currículo, sua constituição e quem faz com que o mesmo tome forma chama-se professor.

A pesquisa que visa integrar a formação docente e o currículo para Educação Infantil gera a necessidade de investigar como isso ocorre no dia-a-dia, ficando o questionamento de como e por que fazer. Realizar análise curricular demonstra a necessidade de investigar o princípio das condições de trabalho do docente, das questões políticas e sociais e conceitos de formação na legislação vigente que orienta as mudanças nos currículos.

Repensar as concepções iniciais de Educação Infantil, e suas relações entre a formação docente continuada e o currículo, é o que se busca através de alguns estudos que levam a compreender o que possuímos hoje. Para realizar uma análise evolutiva de como isso ocorreu e ocorre é necessário apresentar as seguir algumas estratégias metodológicas utilizadas para realização desta pesquisa.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A sistematização dos conhecimentos tem por objetivo o desenvolvimento do pensar crítico e analítico sobre os campos de uma pesquisa científica, já que é através da pesquisa que o trabalho se fortalece e toma forma.

Para realização deste trabalho foi utilizado o método de coleta de dados através da pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa.

Embora em alguns momentos a abordagem quantitativa encontre-se presente nos discursos empregados durante o trabalho, observa-se a necessidade de aprofundamento, pois, segundo Ludke e André (1986), a ideia da combinação da abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa auxilia a agregar informações, proporcionando uma base mais rica de análise e interpretação dos dados coletados.

Conforme Ludke e André (1986), ao realizar a análise bibliográfica e posteriormente a análise documental dos dados coletados, não se deve possuir a pretensão de criticar ou simplesmente relatar fatos, mas sim retratar as mudanças geradas e agregar informações sobre pesquisas já existentes:

[...] a análise documental pode-se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.38)

André (2002) pontua que, ao fazer a coleta e a análise de dados, o princípio da interação está presente, pois entre o pesquisador e o objeto pesquisado há a intervenção humana, que pela própria essência faz mudanças, localiza outros sujeitos, reorienta sua pesquisa conforme a necessidade, enfim, faz o diálogo com as diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica foi direcionada para o levantamento de estudos já realizados sobre a educação brasileira ligada à Educação Infantil e à visão existente em outros estudos sobre a formação docente e sua relação com o paradigma curricular. Para diferenciar este trabalho dos demais, faço uma análise de materiais coletados junto à Prefeitura Municipal de Erechim/RS (pesquisa documental). Serão analisados os dados contidos no Plano Municipal de Educação de Erechim vigente 2008 a 2018, Lei Orgânica Municipal, material referente ao Grupo de Estudos de Educação Infantil – GEEI, material utilizado no Fórum de Educação Infantil, e alguns dados obtidos junto a Secretaria de Educação – SMED.

Para fundamentar a presente análise, foi necessário primeiramente realizar uma leitura flutuante dos materiais coletados, pois, conforme Bardin (2010), essa é uma das maneiras de dar ênfase às hipóteses, por isso, em seguida, é necessário organizar a seleção dos trechos que poderiam ser relevantes para a construção do trabalho, procurando separar os três eixos principais: Educação Infantil, Formação Continuada Docente e Currículo.

Após a leitura dos materiais selecionados, foi feita uma breve seleção e separação nas seguintes categorias: Educação Brasileira; Educação Infantil; Formação Contínua Docente; Currículo, buscando, dessa maneira, alcançar os objetivos iniciais propostos neste trabalho.

Através do aprofundamento focado e direcionado no contexto vivenciado na cidade de Erechim/RS, relacionando o que foi encontrado com o que foi coletado sobre a Educação Infantil Brasileira, sua forma de pensar a formação docente e tecendo as relações sobre o currículo, pode-se observar as diversas facetas existentes no que foi investigado. Reforçando o que em síntese é trazido por Ludke e André (1986), o estudo realizado obteve a elucidação dos diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista existentes sobre o conteúdo pesquisado.

Para a concretização deste TCC, como foi dito foram obtidos dados oriundos de documentos como Plano Municipal de Educação, a Lei Orgânica Municipal e alguns materiais que tratam do desenvolvimento das práticas formativas continuadas docentes (Grupo de Estudo em Educação Infantil (GEEI) e Fórum) uma vez que estes registram as iniciativas que atualmente município de Erechim/RS desenvolve no processo formativo contínuo docente, e o que há de relação como o paradigma curricular.

Além do material coletado no município de Erechim/RS, foram utilizados dados obtidos em artigos, livros e na legislação vigente que versam sobre a história da Educação Infantil, a formação continuada docente e o currículo.

A organização destes materiais seguiu o princípio cronológico dos fatos, observando as mudanças ocorridas na Educação Infantil e nas exigências da formação docente contínua.

Identificar as mudanças ocorridas no processo de formação e constituição docente, observando os caminhos e estratégias que levaram à construção de um novo modelo curricular para a Educação Infantil, principalmente na cidade de Erechim/RS é o principal objetivo desta pesquisa.

4 RETRATANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL EM ERECHIM

O município de Erechim localiza-se na região Norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região denominada de Alto Uruguai. Apresenta atualmente uma população estimada de 101.752 habitantes, segundo dados do IBGE – 2014.

Ao procurar dados representativos sobre a educação neste município, foi possível agrupar os seguintes dados históricos sobre o processo evolutivo do sistema educacional desse município, conforme dados obtidos no Plano Municipal de Educação (Vigente de 2008 a 2018):

Quadro 1: Histórico da Educação em Erechim/RS.

Ano	Fatos históricos
1911	Educação Institucionalizada, sob direção da Comissão de Terras, com escolas particulares abertas pelos imigrantes: Poloneses (Barão de Cotegipe), Judeus (Quatro Irmãos);
1911 a 1917	Quadro educacional irregular, com escolas isoladas, dirigidas pelos colonizadores, com poucos professores que eram pagos pelo Estado (Comissão de Terras);
1917	Marco inicial do progresso intelectual, com a chegada de Carlos Mantovani a Boa Vista, o mesmo influenciou a educação da infância, principalmente de descendentes italianos;
1920	Surge a Associação dos Professores uniformizando os programas de ensino, que passa a ser metódico com vínculo profundo nas raízes europeias e religiosas;
1923	Abertura pelas Irmãs Franciscanas do colégio São José matriculando cerca de 160 alunos
Década de 20	Ocorreram 404 aulas subvencionadas pelo Município com cerca de 13.409 alunos
Década de 30	Criação de aulas especiais na zona rural, com professores que prestavam concurso perante uma banca de pessoas idôneas e competentes, preocupando-se com o preparo do professor com o objetivo das escolas: “formar o espírito e o caráter do cidadão”. Tendo como única escola mantida pelo Estado neste período o Grupo Escolar José Bonifácio.
1935	Início das atividades do Colégio Medianeira, atendido pelos Irmãos Maristas;
1936	Início das atividades do Colégio Metodista, localizado junto à Igreja da comunidade religiosa dos Irmãos Maristas;
Década de 40	Revisão do professorado. No final da década o ensino municipal atendia 40 aulas especiais e 125 aulas particulares ;
1949	Criação do Patronato Agrícola Educacional atendendo em regime de internato a 325 meninos;
Década de 50	Instalação da 15ª DE (1951) com a criação de 11 escolas estaduais, 14 Grupos Escolares, 3 escolas reunidas e 4 escolas rurais, atendendo cerca de 2.285 alunos; Havia na rede municipal de ensino 235 professores;
1951	Instalação do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco;
1960- 1969	Instalação da rede escolar rural, com classes pluesserizadas e construção de 19 escolas estaduais no município; criação de Escola de Adultos; Curso de preparação para professores;
Década de 70	Implantação da reforma através da Lei 5.692/71 com o propósito da profissionalização , acompanhada de reequipação do mobiliário das escolas e aquisição de novos materiais didáticos;

1980	Crescimento de matrículas na zona urbana indicando a necessidade de expansão da rede física para atender as séries em funcionamento e ampliar o atendimento até a 8ª série em escolas municipais urbanas;
Década de 90	Iniciação profissional com abertura de oficinas ocupacionais que possuíam como objetivo junto ao conhecimento desenvolver habilidades em atividades com retorno financeiro;
Duas últimas décadas	Cursos supletivos oferecido nas escolas urbanas e rurais em nível de 1º e 2º grau;
1994 – 1995	Nucleação de 34 escolas municipais com o deslocamento por transporte escolar de 443 alunos a 6 escolas Pólos Estaduais; Com a nucleação os alunos das Escolas Municipais Rurais os mesmos foram estadualizados;
1996	LDB – define diretrizes e competências para o município, ampliando o atendimento da educação infantil considerando este nível responsabilidade do município
2007	O município conta com 6 escolas de ensino fundamental, 7 com educação Infantil e uma de Belas Artes

Fonte: Plano Municipal de Educação (2008/2018)

Os dados obtidos demonstram que a educação em Erechim/RS acompanha de certa forma o movimento da mesma no Brasil. Há indícios de processo formativo docente a partir de 1960 e a Lei de Diretrizes e Base – LDB em 1996 estabelecendo a responsabilidade sobre a Educação Infantil para os municípios.

A Lei Orgânica de Erechim/RS criada em 1990, em seu art.119 faz menção sobre a educação considerando a mesma como:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, com base nos fundamentos da justiça social, da democracia e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, e a preparar o educando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a sua preparação para o trabalho e a torna-lo consciente para o exercício da cidadania e à compreensão histórica do nosso destino como povo e nação.

Através da Lei Orgânica é que o Plano Municipal de Educação Plurianual está regulamentado, devendo o mesmo estar em consonância com os Planos Estadual e Nacional de Educação, com o objetivo de articular o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em todos os níveis. Este plano, que foi utilizado como fonte de dados para esta pesquisa, é criado pelo Conselho Municipal de Educação.

A educação como um todo é contemplada como um processo complexo e que passou e passa por modificações a todo o instante. A fase de interesse para este trabalho é considerada para o município como a primeira etapa da Educação Básica com importância significativa para a vida formativa dos indivíduos: Educação Infantil.

4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL EM ERECHIM/RS

A Educação Infantil diz respeito ao atendimento a crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade. No Plano Municipal de Educação (Lei nº 4.300/2008) é colocado um fato que se considera muito importante na justificativa da crescente demanda por esta etapa: o trabalho dos pais fora de casa.

O mesmo documento diz que não é somente o aspecto econômico que leva à procura de investimentos na educação das crianças desde pequenas:

Hoje, sabe-se que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como matemática, linguagem, música. Não são apenas argumentos econômicos que tem levado governos, sociedade e família a investir na atenção às crianças pequenas. A educação é elemento construtivo da pessoa, e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. (ERECHIM, 2008, p.28)

O trabalho com a Educação Infantil deve levar em conta os princípios da qualidade, que estão ligados neste caso aos cuidados educativos e de proteção, procurando desenvolver o potencial de cada criança. Com essa finalidade é que o município sente a necessidade de profissionais capazes de fazer a mediação entre o que a criança conhece e o que a mesma poderá conhecer.

Segundo o Plano Municipal de Educação (2008/2018, p.30), os profissionais precisam ter formação mínima e complementações de aperfeiçoamento permanente:

A formação dos profissionais da educação infantil merece atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a cinco anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente.

Contemplando o que diz neste documento e em concordância com o que é estabelecido pela Lei Orgânica Municipal em relação à organização curricular é que surgem os programas de formação continuada, os quais são construídos pelas equipes diretivas das escolas em conjunto com a unidade mantenedora, visando suprir as demandas do processo, de forma a envolver toda a comunidade escolar.

Esse fato contempla a relação do currículo e a formação docente, trabalhada através de programas promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2 TECENDO RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRÁTICA FORMATIVA DOCENTE

Hoje, segundo a Secretaria Municipal de Educação - SMED, no município de Erechim são 14 escolas municipais e 19 escolas particulares que atendem a Educação Infantil, algumas delas atendendo em turno integral.

Os dados fornecidos apontam o início de funcionamento das escolas municipais que hoje atuam na Educação Infantil, número de alunos atendidos atualmente e professores, bem como indica o documento que dá o aval para o início das atividades nas mesmas. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: A Educação Infantil em Erechim/RS – 2014.

Escolas Municipais de Educação Infantil	Número de alunos	Documento de autorização de funcionamento	Número de professores
EMEI Bôrtolo Balvedi	129	Parecer Prévio 04/2006 – COMEC de 11/04/2006	8
EMEF Caras Pintadas	196	Parecer CEED nº 477/99 de 1999	10
EMEF Cristo Rei	107	Parecer CEED nº 487/99 de 07/07/1999	8
EMEI D. João A.Hoffmann	229	Decreto nº 2.986 de 10/03/2005	14
EMEI D. João A.Hoffmann - Anexo EMEF D. Pedro II	44	-	
EMEI D. João A.Hoffmann – Obra Santa Marta	42	-	
EMEI Dra. Vera Beatriz Sass	139	Parecer CME nº 002/2014 de 08/05/2014	9
EMEI Dr. Ruther V. Muhlen	407	Decreto nº 1801, 11/09/1990	13
EMEI Dr. Ruther V. Muhlen – Anexo E. E. Victor Issler	18	-	
EMEI Estevam Carraro	118	Decreto nº 3.131 de 21/08/2006	8
EMEI Irmã Consolata	238	Decreto nº 2986 de 10/03/2005	15
EMEI Irmã Consolata - E.E. Roque Gonzales	24	-	
EMEF Jaguarê	17	Decreto nº 3.296 de 18 de agosto de 2008	1
EMEI Lucas Vezaro	205	Decreto nº 3.715, de 02/12/2011	25
EMEI Lucas Vezaro – Anexo E.E. Bela Vista	38	-	
EMEF Luiz Badalotti	271	Parecer CEED nº 144/2004 de 28/01/2004	15
EMEF Othelo Rosa	217		12
EMEF Paiol Grande	42	Parecer Prévio nº 05/2003 – COMEC de	2

		30/09/2003	
EMEI São Cristovão	214	Decreto nº 2461 de 29/06/1998	13
EMEI São Cristovão – Anexo CECRIS	88	-	
EMEI São Cristovão – Anexo Madre Alix	47	-	

Fonte: Elaborado pela autora

Além das escolas acima citadas, são necessárias parcerias com escolas particulares do município, a fim de atender a demanda atual. São cinco escolas que mantêm o convênio atendendo cerca de 397 crianças com idades que vão de 0 anos a 5 anos e 11 meses. Observando que no quadro acima há 4 escolas que possuem a sigla EMEF, essas, além de ofertar a Educação Infantil, contam também com a oferta do Ensino Fundamental, sendo os números presentes no quadro somente dos alunos que frequentam a Educação Infantil.

Pode-se verificar, através dos registros em documentos, que a escola em funcionamento há mais tempo na Educação Infantil em Erechim/RS é a Escola Municipal de Educação Infantil São Cristóvão, sendo marcado o início de suas atividades em 1961, chamada de Escola Jardim de Infância Maria Inês, sob a direção da Irmã Agnes Graber. No ano de 1970, a Prefeitura Municipal cedia os professores para o Jardim da Infância. Já em 1986, a escola é assumida pela Prefeitura de Erechim como uma extensão da Escola D. Pedro II, e, em 1998, através do Decreto Municipal de Criação, Denominação e Designação nº 2.461, passa a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil São Cristóvão.

Contemplando o que é exigido no Plano Municipal de Educação e também na Lei Orgânica Municipal quanto à formação docente contínua, a partir de 2009 surgem os Grupos de Estudos de Educação Infantil – GEEI. Os Grupos de Estudos possuem como propósito a qualificação do ensino e da aprendizagem, possibilitando momentos de reflexão sobre as práticas, tendo como justificativa a importância do início da vida formativa, que encontra nos espaços escolares um local para qualificar e expressar a imaginação, o desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo.

Outra forma que contempla a formação docente continuada é o Fórum Regional da Educação Infantil, que no ano de 2014 está em sua terceira edição, possuindo o intuito de problematizar o papel da prática docente na Educação Infantil, sugerindo e analisando a execução de práticas pedagógicas que possuem a finalidade de articular os conteúdos e o desenvolvimento integral da criança. Cada ano possui uma característica especial: o ano de 2012 teve como tema “A primeira

infância sob diversos olhares”, o ano de 2013 tratou sobre a Inclusão e o ano de 2014 contemplou um estudo sobre a qualificação das etapas escolares que antecedem a alfabetização escolar.

Atualmente, portanto, são desenvolvidas algumas práticas que contemplam o processo formativo contínuo docente, que parte do que é estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, pelo Plano Municipal de Educação e pelos instrumentos estaduais e federais, os quais enfatizam a necessidade de um aperfeiçoamento para o trabalho com a primeira infância.

A oferta por parte da Secretaria Municipal de Educação visa contemplar a formação continuada docente em busca de aliar a teoria e a prática na construção de um currículo que contemple uma educação mediadora e reflexiva. Essa forma de educar envolve a transformação curricular e conseqüentemente a formação continuada em busca de profissionais com qualificação. Conforme contempla o projeto de 2014 do GEEI:

Dessa forma, o Grupo de Estudos contribuirá para a Formação do Professor, garantindo que a Educação Infantil seja o verdadeiro alicerce da aprendizagem, permitindo que a criança, ao concluir este processo esteja apta a acompanhar a primeira etapa da alfabetização. (ERECHIM, 2014, p. 5)

Estabelecer relações com a prática cotidiana é o que forma o planejamento curricular, que visa proporcionar para os professores e alunos acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade política e cultural. Analisar todos os paradigmas que envolvem a transformação dessas relações entre a formação docente e o currículo faz-se, portanto, necessário.

Pode-se dizer que a Educação Infantil, não somente em Erechim/RS, mas em outros lugares evoluiu. Para um melhor entendimento das contribuições desta evolução é o que faz com que seja necessária, uma análise sobre as perspectivas existentes sobre a historicidade desta fase da educação, até como a mesma apresenta as interligações entre a formação docente continuada e o currículo. A fim de perceber a evolução da Educação Infantil e as relações que podem ser estabelecidas nesse nível de ensino no que tange à formação continuada dos professores e o currículo, adentraremos no próximo capítulo desse trabalho.

5 ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO DOCENTE x CURRÍCULO

Este capítulo abarca a análise propriamente dita deste TCC, articulando o que foi coletado através da pesquisa bibliográfica e documental. As relações estabelecidas entre o que foi encontrado sobre o assunto no Brasil e como se apresenta em Erechim/RS vêm ao encontro com o que é proposto pelo presente projeto de pesquisa.

Esse trabalho contempla somente a Educação Infantil ofertada pela rede municipal de Erechim/RS, sabendo que há iniciativas também por parte de escolas particulares no trato com a Educação Infantil, podendo ser o foco de um próximo estudo.

Ao pensar no processo educativo para Educação Infantil, criando relações entre o processo formativo docente continuada as relações que o mesmo possui com o currículo, é que senti a necessidade de averiguar como o processo ocorre em um contexto próximo a mim. Escolhi analisar como isso ocorre no município de minha residência e onde realizei meus estágios curriculares obrigatórios durante a minha trajetória acadêmica, buscando descobrir como é visto e desejado o profissional docente na área da Educação Infantil.

O trabalho realizado sobre o processo de formação continuada de professores para Educação Infantil está traçado sob o perfil apresentado em documentos fornecidos pela SMED, retratando o que foi oferecido em busca de uma melhor formação para atuar nesta fase tão importante da Educação.

Os paradigmas curriculares e a sua relação com a trajetória de constituição do profissional docente retratam a interligação que os mesmos têm com a teoria e a prática. Neste sentido, cada vez mais se dá a importância à qualificação dos docentes que atuam nesta área.

Pensar no professor como um profissional que inicialmente não necessitava de nenhuma qualificação e remuneração reforçava o caráter assistencialista existente quando surge a necessidade da mulher ocupar o mercado de trabalho. Com o passar dos anos, como dito, a mulher toma cada vez mais espaços e os filhos precisam de um local adequado e com pessoas qualificadas para não simplesmente cuidar dessas crianças, mas educar também.

Com esse intuito é que a necessidade de formação continuado toma força, na busca de criar uma identidade para esse profissional, conforme ressalta Imbernón (2010, p. 79):

É imprescindível uma alternativa de formação que aceite a reivindicação desse eu, da subjetividade dos professores, da **identidade docente** como um dinamismo da forma de ver e de transformar a realidade social e educacional, e seus valores, e da capacidade de produção de conhecimento educativo e de troca de experiências.

Partindo do pressuposto da identidade docente, a intencionalidade de avaliar e relacionar a teoria e a prática é constante diante de tantas mudanças, e está contida no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (1998), que, por sua vez, traz objetivos que exaltam as ações educativas e estabelecem capacidades que as crianças poderão desenvolver através da construção do currículo. O RCNEI afirma ainda que é necessário selecionar conteúdos que auxiliem no desenvolvimento de todas as capacidades, valorizando as características particulares de cada aluno, cabendo ao professor refletir sobre qual a melhor forma de tornar os conhecimentos significativos para as crianças.

O panorama identificado de mudanças reforça o que ressalta Nóvoa (1999, p.18) quando o mesmo diz que: “É impossível imaginar alguma mudança que não passe pela formação de professores.” O autor diz ainda que é necessária uma outra concepção para construir uma forma lógica de formação inicial e contínua que vise a valorização de todos que compõem a Educação Infantil. Conforme pontua Krammer (1993, p.42):

Todo esse panorama é muito importante, pois dele se pode inferir que as crianças têm modos de inserção e compreensão do mundo físico e social que as rodeia. Considerando-se, ainda, que a construção de conhecimentos a respeito do outro, de si mesmo e da realidade social é influenciada pelas ações e interações significativas da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, nelas interfere, podemos supor que contextos tão heterogêneos quanto o destas crianças irão gerar formas de compreensão do mundo e acesso a conhecimentos também bastante diversos. Essa afirmativa fica por ora como uma interferência; progressivamente, com a continuidade de cada trabalho e com as investigações que vão sendo desenvolvidas, torna-se possível delinear um quadro mais preciso de quem são as crianças com quem trabalhamos e de como constroem o conhecimento.

O processo de “reforma” do professor passa também pela constituição de um currículo que valorize toda a mudança ocorrida e transforme em benefícios para ambas as partes incluídas no processo educativo, ressaltando a importância de

deixar de lado as velhas concepções, abrir-se às relações existentes entre a formação docente e o currículo, tecendo um novo modelo curricular que valorize o trabalho pedagógico contemplando tudo que cerca a educação infantil.

Para tanto, observar a necessidade de uma formação docente inicial e continuada é dar autonomia aos professores para que os mesmos consigam não só transmitir os conhecimentos adquiridos e agrupados nos currículos cada vez mais elaborados de acordo com a realidade. Neste sentido, o professor possui papel ativo na formulação e construção do currículo como personagem principal desse movimento. Conforme ressalta Oliveira (2013, p.13), o profissional docente necessita ousadia e criatividade para atender a diversidade presente nas creches ou pré-escolas, programando uma rotina de atividades que valorizem o cotidiano existente.

Oliveira (1994, p. 65) reforça que:

A formação dos profissionais de Educação Infantil deve incluir o conhecimento técnico e o desenvolvimento por eles de habilidades para realizar atividades variadas, particularmente as expressivas, e para interagir com crianças pequenas. Ademais tal formação deve trabalhar as concepções dos educadores sobre as capacidades da criança e a maneira em que estas são construídas, sobre as aquisições que esperam que ela faça, e que vão influir na maneira pela qual eles organizam o ambiente em que ela se encontra, programando-lhes atividades que julgam interessantes e/ou necessárias, e nas formas de interação que estabelecem com ela.

Aliar todas as possibilidades ampliando o leque de opções criadas pela formação docente é uma das funções do currículo, que ainda hoje esbarra em falta de entendimento sobre quais as reais intencionalidades do mesmo.

Na Educação Infantil a ação do professor está no currículo como mediador dos processos de ensino e aprendizagem, conforme ressalta o Plano Municipal de Educação de Erechim, relacionando os diversos espaços sociais, desenvolvendo as capacidades de interação, cooperação, diálogo e respeito a si mesmo e com os outros. Essa relação diz respeito também às regras criadas e à preocupação existente no que diz respeito aos contextos diários encontrados nos espaços escolares.

Ao procurar criar relações entre os contextos, o que pode ser percebido é que há uma preocupação que parte do meio político através da implementação da legislação em fazer com que haja uma formação docente contínua que agregue ao currículo da Educação Infantil novas formas de pensar e agir, o que segundo Imbernón (2010, p. 30) conduz a uma:

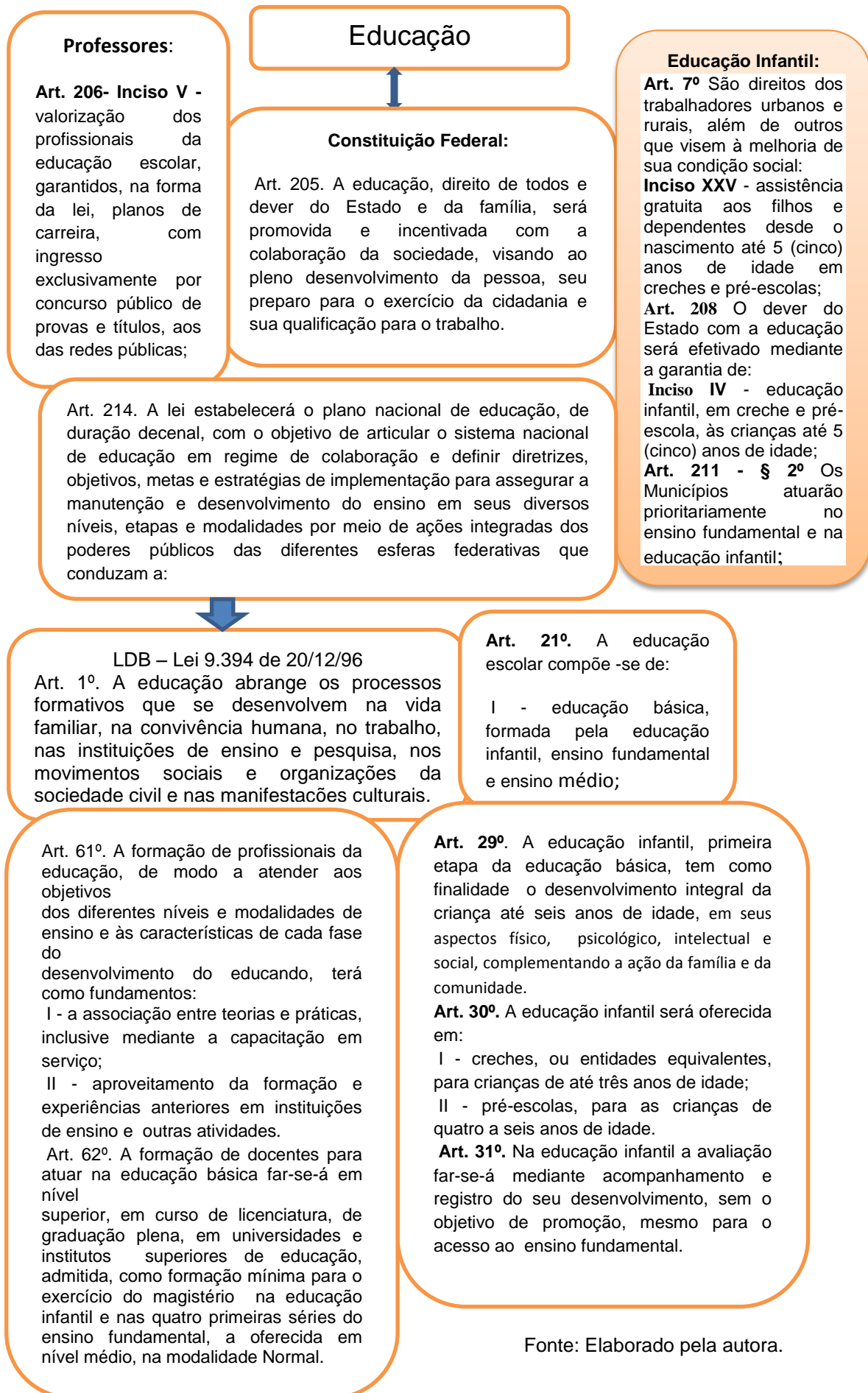
[...] transformação educacional, os professores poderão constatar, não somente um aperfeiçoamento da formação de seus alunos e do próprio sistema educacional em geral, mas ainda benefícios em sua própria formação e **desenvolvimento profissional**.

A oferta por parte do município de Erechim dos grupos de estudos, palestras e fóruns é uma das iniciativas que visa contemplar o que é sugerido pelo Plano Municipal de Educação, que percebe os professores como mediadores de um processo inicial que produz habilidades e conhecimentos reflexivos.

Foi com o objetivo de oportunizar aos professores do Sistema Municipal de Ensino momentos formativos e de reflexão sobre a Ação Pedagógica é que foram constituídos o Grupo de Estudo (GEEI) e o Fórum de Educação Infantil, buscando aprofundar os estudos, instigar pesquisas, discussões e a socialização de experiências por parte dos professores. O que se procura com esses momentos de formação é o desenvolvimento de um professor com uma postura investigativa e reflexiva diante da diversidade de situações que envolvem o cotidiano escolar relacionando a teoria e a prática com o que se deseja do currículo da Educação Infantil.

A exemplo da Educação Infantil nos mais diversos locais do Brasil, Erechim também passou por modificações importantes para chegar ao entendimento que hoje se tem do quão importante é o processo de formação contínua docente, considerando a Educação Infantil porta de entrada para a Educação Básica. Embora não obrigatória em sua totalidade, é um direito adquirido por todos os cidadãos, com o objetivo de proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento físico, motor, social e intelectual. Isto está explícito em vários instrumentos pertencentes à legislação vigente, dentre eles a lei maior: Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases, conforme aponta o mapa conceitual abaixo:

Figura 1: Contribuições da Legislação vigente:



Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto, conforme mencionado pela Constituição Federal, existem duas outras fontes que garantem os direitos dos cidadãos: os “Planos” e as Diretrizes, que, dentre outros instrumentos, possuem o intuito de complementar a legislação para que a mesma contemple de forma adequada a todos. Uma análise sobre a Educação Infantil nestes documentos observa que os mesmos estão interligados e possuem semelhanças em suas redações.

Através das propostas trazidas em cada uma das edições do GEEI e do Fórum, é que o currículo, embora não esteja citado, encontra-se contemplado quando se demonstra a preocupação com a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil do município de Erechim/RS. A formação de profissionais reflexivos e mediadores dos saberes encontra-se contemplada nestes programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação. Conforme Oliveira (2002, p.4), o currículo possui a seguinte definição baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

A definição de currículo defendida nas Diretrizes põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação Infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças. Tal definição inaugura então um importante período na área, que pode de modo inovador avaliar e aperfeiçoar as práticas vividas pelas crianças nas unidades de Educação Infantil.

Partindo desse pressuposto é que surgem então, as relações entre teoria e prática, contidas em parte da justificativa do Grupo de Estudos da Educação Infantil do ano de 2014:

O Grupo de Estudos da Educação Infantil, que está acontecendo desde 2009, vem ao encontro deste propósito no intuito de qualificar o processo de ensino-aprendizagem. Possibilitará momentos de reflexão sobre as práticas desenvolvidas nas Instituições de Ensino envolvidas, bem como, possíveis práticas baseadas na aplicação significativa dos conteúdos propostos no Plano de Atividades da Educação Infantil, que será analisado no decorrer dos encontros. (ERECHIM, 2014, p.4)

Ao procurar contemplar a Educação Infantil no processo formativo docente foi necessário especificar alguns princípios básicos da Educação Infantil e que devem ser os trabalhos realizados através das iniciativas por parte da Secretaria da Educação de Erechim buscar contemplar várias práticas pedagógicas que devem estar presente no dia-a-dia das salas de aula. São eles: o conhecimento de si e do outro, o brincar, o movimento, a língua oral e escrita, a matemática, as artes visuais,

a música, o conhecimento de mundo, em seu aspecto social e cultural.

Esses saberes foram vistos na palestra neste ano na palestra “Educação Infantil: Desafios da Organização dos Espaços”, ministrada pela professora Maria da Graça. Esse mesmo tema foi visto no ano de 2012 e 2013 no GEEI.

O Fórum da Educação Infantil deste ano tratou dos conhecimentos acima da Educação Inclusiva na Educação Infantil, e o GEEI deste ano abordou os “Caminhos para Alfabetização”. Todos os trabalhos realizados em torno do processo de formação continuada docente enfatizam a organização do espaço físico na Educação Infantil, e sua contribuição para a qualificação de nossos professores, garantindo que a Educação Infantil seja o verdadeiro alicerce da aprendizagem, permitindo que a criança, ao concluir este processo, esteja apta a acompanhar a primeira etapa de alfabetização. (ERECHIM, 2014).

A história da Educação Infantil percorreu caminhos diversos, assim, foram diferentes as funções estabelecidas ao atendimento infantil. Ao buscar modificar a concepção de educação assistencialista, precisa-se, sobretudo, atentar para várias questões, as quais vão muito além dos aspectos legais e envolvem, principalmente, assumir que há especificidades na Educação Infantil, sendo necessário rever concepções sobre a infância e suas relações com as classes sociais, investigando as responsabilidades da sociedade e o papel do país, do Estado e dos Municípios diante das crianças. (BRASIL, 2010).

Todo esse dilema ao longo do tempo deixou marcas principalmente sobre qual o papel do professor, porém a ideia associada ao cuidado (visão assistencialista) não pode anular as relações curriculares do trabalho do docente, na busca de agregar através dos estudos seu processo de constituição profissional e a melhor forma de compreender o currículo a ser desenvolvido.

Hoje o dinamismo exigido na área de Educação Infantil, ao mesmo tempo em que tem criado esperanças, mostra a necessidade de ampliação dos processos de formação continuada para qualificar as práticas pedagógicas existentes. Muitas escolas ainda estão presas a modelos que já foram considerados inadequados como instrumentos de educar e cuidar, promovendo o desenvolvimento social e intelectual das crianças. Em parte, a presença desses modelos é oriunda da longa tradição assistencialista presente no processo histórico de constituição da Educação Infantil, o que prejudicou a elaboração de modelos pedagógicos baseados nas exigências cada vez maiores por parte da sociedade.

Ao olhar para a legislação vigente que trata da Educação Infantil, percebe-se que as mesmas enfatizam que a Educação Infantil é sim a porta de entrada para a Educação Básica, e que hoje em dia, com uma demanda cada vez maior, é necessário preparação não só dos professores, mas do sistema como um todo e isso é garantido através da reorganização curricular.

Analisando principalmente o que foi encontrado no material disponibilizado pelo município de Erechim/RS, é necessário fazer algumas considerações para finalizar este trabalho e para torná-lo objeto de reflexão sobre o panorama histórico e atual, principalmente no município de Erechim/RS: seria interessante, em estudos posteriores, promover a discussão sobre a preparação docente com os eventos que contemplam a Formação docente continuada, ampliando a visão sobre o processo evolutivo do currículo para Educação Infantil, que neste TCC englobou inicialmente o que está sendo ofertado pelo município, deixando as instituições particulares fora desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta as ideias explicitadas em relação à Educação Infantil, percebe-se que durante muito tempo o descaso em relação a essa fase da educação foi grande, ficando evidente que o necessário era somente o cuidado com o bem-estar e a saúde das crianças, surgindo dessa visão o caráter assistencialista, que não exigia nenhuma formação para atuar como profissional neste campo educativo.

A concepção assistencialista demonstrada pela historicidade apresentada nos primeiros capítulos deste trabalho dá espaço a um novo mercado de trabalho onde é exigido um processo formativo por parte dos profissionais que nela irão atuar. Isso significa um grande avanço, que é observado também no município analisado. Mesmo assim, ainda se observa em muitas falas que a cultura permanece no tratar as professoras de Educação Infantil como “tias”, ressaltando o sentido de simplesmente cuidar e esquecendo o papel educativo que é exercido pelo docente que atende a essa área educativa.

A partir da implantação da LDB é que a Educação Infantil começa ganhar espaço e é incorporada ao sistema de ensino, tornando-se necessária a existência de um processo formativo do professor que irá atender as especificidades e necessidades de cada criança, baseado na tríade do “Cuidar, Educar e Brincar”. Assim contempla-se o que é exigido pela LDB: trabalhar de forma que valorize o processo de forma integral, reunindo a afetividade, a ludicidade, o dinamismo e a flexibilidade, dentre outros fatores que tornam o processo de aprendizagem mais fácil e prazeroso.

Todas as práticas pedagógicas agrupadas nas Diretrizes e no Referencial Curricular conduzem a um desenvolvimento equilibrado das necessidades existentes na Educação Infantil. A segurança do professor começa a ser formada através dos conhecimentos adquiridos em sua formação inicial, que passa a ser exigida a partir do momento em que a legislação exige um profissional reflexivo que possua preparo para dar significado e recriar a realidade da Educação Infantil, aliando no currículo a teoria e a prática. Partindo deste paradigma vivenciado na formação docente, que leva a relacionar-se ao currículo, é que passamos a acreditar, portanto, que “Quando um profissional reconhece uma situação como única não pode lidar com ela apenas

aplicando técnicas derivadas de sua bagagem de conhecimento profissional” (SCHÖN, 2000, p. 17).

Através dessa ideia é que se pode dizer que o papel do professor diante do currículo é de mediador que busca se preparar através deste instrumento para a tarefa de educar, e não somente passar conhecimentos para seus alunos, confirmando, assim, a necessidade de uma formação continuada de qualidade. "Podemos aprender a ler, escrever sozinhos, podemos aprender geografia e a contar sozinhos, porém não aprendemos a ser humano sem a relação e o convívio com outros humanos que tenham aprendido essa difícil tarefa" (ARROYO, 2000, p. 54).

O profissional que atua na Educação Infantil aponta para a grande necessidade em se refletir sobre a proposta de investigar o currículo de formação docente, possibilitando um diagnóstico mais amplo sobre como ocorre essa formação inicial e continuada, como a mesma estabelece a importância da existência do planejamento no trabalho com crianças pequenas, consistindo na proposta curricular, que deve ser adequada.

Englobar a tríade da Educação Infantil, “Educar, Cuidar e Brincar”, termos intimamente ligados na construção do Currículo da Educação Infantil e que se relacionam ao atendimento das crianças, deve ser visto como um processo único, cujas ações devem estar articuladas, dando sentido a tudo o que é trabalhado. Em todas as articulações existem intenções educativas que necessitam de um apoio pedagógico adequado. Essas articulações dão origem ao currículo, conforme pontua Moreira; Candau (2006, p.18): “Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.”

Torna-se evidente ao longo da pesquisa que há várias leis que amparam a formação docente inicial e continuada bem como vinculam a mesma ao processo de agregar conhecimentos e metodologias de trabalho, com o intuito de dar mais qualidade ao ensino e à aprendizagem na Educação Infantil. Ao realizar este processo de intervenção na formação continuada docente, observa-se que o mesmo tem o intuito de criar e fortalecer a prática que leve a uma mudança curricular que contemple a realidade e a necessidade das crianças.

A Educação Infantil no Brasil e no município de Erechim/RS está em constante movimentação: ao lado da expansão de matrículas, embora ainda em número insuficiente para o alcance das metas do Plano Nacional, Estadual e

Municipal de Educação, observa-se significativa mudança na forma como hoje se compreende a função social e política da Educação Infantil e a concepção de seu processo de aprendizado e desenvolvimento. Para o grande avanço sugerido pelos planos, são necessárias novas propostas curriculares e pontos de vista renovados sobre o cotidiano das creches e pré-escolas. Nesse sentido, a formação continuada dos professores passa a ser necessária na organização escolar e proporcionar aos professores aperfeiçoamento constante, com o intuito de acompanhar as transformações da sociedade, atendendo as peculiaridades trazidas pelo currículo para a Educação Infantil. É importante ressaltar que a ação pedagógica qualificada não depende somente dos cursos de formação, mas também da reflexão sobre a prática diária e seus resultados, e isso é apontado nos materiais utilizados nos encontros dos Grupos de Estudos e Fóruns, convidando os educadores a repensar seu trabalho junto às crianças e famílias.

Ao finalizar a análise dos documentos coletados, conclui-se que a busca por uma melhor qualidade profissional está aliada às exigências legais de uma formação continuada que visa construir através do planejamento um novo modelo de Educação Infantil, modificando, assim, o seu currículo..

O Grupo de Estudo da Educação Infantil de Erechim/RS baseia-se neste pressuposto: desenvolver no professor uma postura investigativa e reflexiva diante da diversidade de situações que envolvem o cotidiano escolar, buscando desenvolver as potencialidades das crianças, proporcionando o contato com atividades variadas que contemplem várias áreas do conhecimento desde o intelectual até o social.

Portanto, se faz necessário um aprofundamento sobre como a legislação é colocada em prática e quanto isso implica na qualificação da Educação Infantil, desmistificando os paradigmas curriculares através de uma formação inicial e continuada do profissional que atua diretamente com essa fase da educação considerada pela legislação como porta de entrada para a Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo: Papyrus, 2002.

ARROYO, M. **Ofício de Mestre**: Imagens e auto imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARRETO, Ângela Rabelo. **A formação do professor que atua na Educação Infantil**. Integração das Instituições de Educação Infantil. MEC, 2005.

BRANDÃO, C.F. **LDB: passo a passo**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998

CORRÊA. B.C. **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CORSINO, P. Educação Infantil: a necessária institucionalização da infância. In: KRAMMER, S. (Org.). **Profissionais de Educação Infantil**: Gestão e Formação. 1.ed. São Paulo: Ática, 2005.

ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. Disponível em: <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/258/escolas-de-educacao-infantil>> Acesso em: 29 out.2014

ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/contests/58/lei.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2014.

ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. **Fórum Regional da Educação Infantil**. Erechim. 2014

ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. **GEEI - Grupo de Estudo da Educação Infantil**. Erechim. 2014

ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. **Plano Municipal de Educação**. Erechim. 2008.

FLÔR, D.C.;DURLI, Z.. (orgs). **Educação infantil e formação de professores**. Florianópolis. UFSC, 2012.

IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430700&search=rio-grande-do-sul|erechim|infograficos:-informacoes-completa.>> Acesso em: 30 out. 2014.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KRAMMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para educação infantil. São Paulo: Ática, 1993.

KRAMMER, S. Infância e educação infantil: reflexões e lições. **Educação**, n.34, PUC-Rio, 1998.

LUDKE, M; ANDRE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, A.F.B; CANDAU, V.M. **Currículo, conhecimento e cultura**. Indagações sobre o currículo. MEC, 2006.

NÓVOA, A. **Os professores na virada do milênio**: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.25, n.1, p. 11-20, jan/jun. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1517-97021999000100002> Acesso em: 10 jul. 2014

OLIVEIRA, Z. R. de. **A universidade na formação dos profissionais de Educação Infantil.** Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. MEC, 1994. Disponível em: <www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/formacao%20inicial%20e%20continuada%20de%20educadores> Acesso em: 10 jul. 2014.

OLIVEIRA, Z.R. de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/curriculo_educacao-infantil_zilma_moraes%20\(1\).pdf](http://www.portal.mec.gov.br/curriculo_educacao-infantil_zilma_moraes%20(1).pdf)> Acesso em: 10 jul.2014.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Novos tópicos na história da educação infantil no Brasil.** Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez 2002.

OLIVEIRA, Z.R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** (livro eletrônico). São Paulo: Cortez. 2013. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=svfDAwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=google+books+zilma+oliveira&hl=ptBR&sa=X&ei=mOfKU825NJGOyATbrID4BQ&ved=0CDEQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 10 jul.2014

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Educação.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_caderno_2_20140902.pdf> Acesso em: 03 nov.2014.

SACRISTÁN, J.G. A educação que temos a educação que queremos. In: IMBERNÓN, F. (Org.). **A Educação no Século XXI: os desafios do futuro imediato.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHÖN, D.A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

APÊNDICE

QUADRO 3 - Legislação Vigente.

Plano Municipal de Educação	Plano Estadual de Educação	Nacional	Relação com a pesquisa
<p>A definição de metas e estratégias para a garantia do direito de todos à Educação Básica, no contexto da elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE-RS), em alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, requer um olhar sobre o cenário contemporâneo da educação brasileira neste nível de ensino. Neste sentido, se faz necessário um diagnóstico atual, que não prescindia de apontamentos do contexto histórico, embasando, assim, a compreensão necessária para o estabelecimento de proposições exequíveis, que alcancem o tamanho dos desafios a serem enfrentados. O horizonte deste processo é uma educação de qualidade social para todos, em consonância com o disposto na Constituição Federal (CF) de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996 e nas legislações decorrentes. (p. 5)</p>	<p>Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, o país vive uma reformulação sem precedentes na história de sua política educacional. Na verdade, o embrião dessa mudança foi lançado pela Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, apresentou a educação infantil como direito. Com a sanção da LDB, os preceitos constitucionais foram implantados de forma sistemática. O Brasil, então, começou a experimentar uma revolução na maneira de encarar a educação nos seis primeiros anos de vida: como direito das crianças, dever do Estado e opção da família. A creche e a pré-escola passaram a ser diferenciadas pelo grupo etário das crianças que as freqüentavam, de zero a três anos e de quatro a seis, respectivamente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também, deixou mais claros os papéis das três esferas do Poder Público na gestão da</p>		<p>Relações dos Planos Municipal e Estadual de Educação e a ligação com demais legislações que tratam da educação.</p>

	<p>educação infantil. A União e aos Estados coube estabelecer, em colaboração com os Municípios, competências e diretrizes curriculares, mas foi atribuída à esfera municipal a incumbência de garantir esse atendimento. Outro salto substancial foi a definição de padrões para o profissional que trabalha na área.</p>		
<p>A educação infantil de qualidade, como primeira etapa da educação básica, deve, em conjunto com os grupos familiares, assegurar a vivência da infância e o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, emocional, espiritual, cultural e afetiva do ser humano. Para tanto, e considerando como um direito da criança, é assegurada pelo Poder Público, como uma política básica, universalista, garantida na Constituição Federal (CF), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em legislações decorrentes.</p>	<p>A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de solidariedade e de responsabilidade. A educação infantil inaugura a caminhada da educação da pessoa. Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições da educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias como complementares à ação da família, afirmado pelo mais importante documento internacional da educação deste</p>	<p>Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil)</p>	<p>Concepção de educação infantil; Demarcação de que a Educação Infantil é a porta de entrada para a Educação.</p>

	século, a Declaração de Educação para Todos. (Jomtien, Tailândia 1990) (p.30)		
As propostas por este plano decenal os para implementar as diretrizes e os referenciais curriculares para a educação infantil devem se enquadrar na perspectiva da melhoria da qualidade. (p. 31)		Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil)	Currículo: No Plano Municipal de Educação não consta nada explícito sobre o Currículo da Educação Infantil somente esta pequena menção sobre o assunto.
A formação dos profissionais da Educação Infantil merece uma atenção especial dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a cinco anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente. (p.30)	Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, o país vive uma reformulação sem precedentes na história de sua política educacional. Na verdade, o embrião dessa mudança foi lançado pela Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, apresentou a educação infantil como direito. Com a sanção da LDB, os preceitos constitucionais foram implantados de forma sistemática. O Brasil, então, começou a experimentar uma revolução na maneira de encarar a educação nos seis primeiros anos de vida: como direito das crianças, dever do Estado e opção da família. A creche e a pré-escola passaram a ser	A constatação dessa realidade nacional diversa e desigual, porém, foi acompanhada, nas últimas décadas, de debates a respeito das diversas concepções sobre criança, educação, atendimento institucional e reordenamento legislativo que devem determinar a formação de um novo profissional para responder às demandas atuais de educação da criança de zero a seis anos. As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já	Professor de Educação Infantil – necessidade de formação inicial e contínua

	<p>diferenciadas pelo grupo etário das crianças que as freqüentavam, de zero a três anos e de quatro a seis, respectivamente.</p> <p>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também, deixou mais claros os papéis das três esferas do Poder Público na gestão da educação infantil. À União e aos Estados coube estabelecer, em colaboração com os Municípios, competências e diretrizes curriculares, mas foi atribuída à esfera municipal a incumbência de garantir esse atendimento. Outro salto substancial foi a definição de padrões para o profissional que trabalha na área. (p. 16)</p>	<p>acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional. (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI)</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora